

Dilma Rousseff e a presidência do banco dos BRICS

Luiz Eduardo Garciaⁱ

A indicação de Dilma Rousseff à presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) pode ser interpretada como uma mudança esperada nos rumos da política externa empreendida por Lula. Dilma substituirá Marcos Troyjo, economista e diplomata, quem teve seu nome nome indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para chefiar a instituição criada em 2014 durante a 6ª Cúpula dos Brics realizada no Brasil e que iniciou suas operações em 2015.

O NDB, também conhecido como o “banco dos BRICS”, tem como sua principal missão realizar investimentos em projetos de infraestrutura e programas de desenvolvimento sustentável nos países que o integram. O Banco conta atualmente com um capital total autorizado em US\$ 100 bilhões, sendo sua estrutura acionária dividida em 5 partes igualmente distribuídas entre os membros fundadores.ⁱⁱ O conselho de governadores, principal instância decisória da instituição, é composto pelos ministros das finanças dos países membros.

O cargo de presidente do banco dos BRICS é rotativo entre os membros fundadores, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que também conta com a participação de Bangladesh e Emirados Árabes Unidos como membros plenos, e Egito e Uruguai que estão no processo de adesão. O mandato brasileiro termina em 2025 quando um novo presidente de outro país será indicado.

Dilma assumirá a presidência do NDB com a missão de promover ainda maior fluxo de crédito para os projetos de infraestrutura no qual o Banco está envolvido. Em que pese sua experiência como Ministra da Casa-Civil, Minas e Energia e presidência da República, sua indicação é um claro aceno político de Lula que visa promover a imagem de Dilma

externa e internamente, além de ter uma importante aliada na chefia de uma instituição financeira internacional de peso.

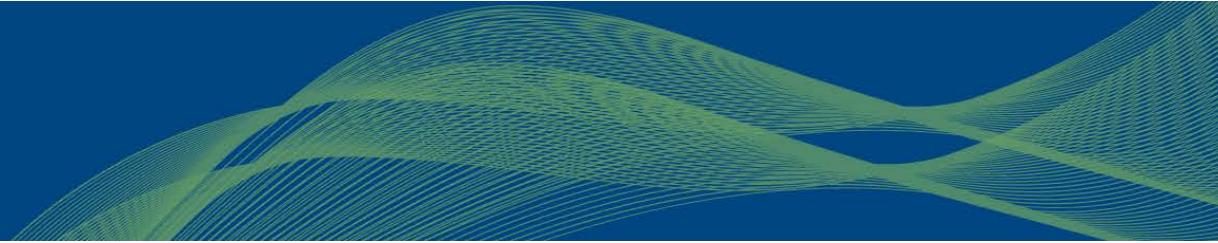
Nas palavras do presidente Lula, Dilma é “...muito competente tecnicamente. Se for presidente do Brics, será uma coisa maravilhosa para o Brics e para o Brasil.”ⁱⁱⁱ Ainda que Lula elucide a competência técnica, a indicação de Dilma à presidência do NDB preenche algumas lacunas estratégicas para o governo Lula e para o Partido dos Trabalhadores:

Primeiramente, a saída de Troyjo, que teceu críticas explícitas a Lula durante a campanha eleitoral de 2022 além de ser próximo a políticos bolsonaristas, facilitará a interlocução do governo brasileiro com o banco dos BRICS. Assim, a troca da chefia pode ser vista como positiva em relação aos rumos da política externa empreendida por Lula.

Em segundo lugar, promove a recuperação da imagem de Dilma, desgastada mesmo entre os quadros do PT, que é vista como uma representante pouco afeita às negociações e acordos políticos. Sua experiência, caso positiva, na chefia do NDB pode-lhe render frutos eleitorais importantes futuramente, caso deseje. Em 2018, Dilma foi derrotada na disputa para o Senado e não concorreu para nenhum cargo eletivo em 2022.

Por fim, não deixa de ser uma espécie de reconhecimento que Lula e o PT conferem aos serviços prestados por Dilma Rousseff enquanto chefe do Executivo. Afinal, trata-se de um cargo com um bom retorno financeiro e determinado prestígio político.

Dilma deve acompanhar a comitiva do presidente Lula em viagem à China no final de março, quando deverá ser oficialmente a representante indicada pelo governo brasileiro à liderança do NDB. A indicação de uma ex-presidente para o cargo de chefia, pode trazer importantes impactos ao órgão que ganhará visibilidade e



atenção da mídia ligada ao universo político. O real protagonismo de Dilma, entretanto, dependerá da competência e eficiência da próxima mandatária à frente de um estratégico órgão financeiro.

ⁱ Doutor em Ciência Política (UFRGS), Economista e Cientista Social. Em 2020 foi Coordenador de Projetos da Fundação Konrad Adenauer para área de Democracia e Direitos Humanos.

ⁱⁱ Disponível em: <https://www.ndb.int/about-ndb/shareholding/>

ⁱⁱⁱ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/dilma-se-reune-com-ministros-dos-brics-em-processo-para-assumir-presidencia-de-banco.shtml>

Lula na corda bamba entre Estados Unidos e China

Marco Bastosⁱ

A disputa estratégica nos setores de alta tecnologia

Patrícia Campos Mello noticiou na *Folha de São Paulo* que a Casa Branca disse ao governo brasileiro que quer investir na cadeia de semicondutores no Brasil. O investimento está condicionado às restrições da Lei de Chips, o pacote legislativo de US\$ 52 bilhões que Joe Biden aprovou no Congresso a fim de diminuir a dependência americana de microchips produzidos na China. As empresas brasileiras beneficiadas não poderiam ter negócios com a China por dez anos, e as que já tiverem negócios em curso não poderiam ampliá-los.

As disputas comercial e tecnológica entre Estados Unidos à China, a pandemia e a invasão da Rússia à Ucrânia nos apresenta um mundo em que considerações geopolíticas suplantam interesses comerciais.

O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva foi recebido por Biden em fevereiro e no final de março, visitará Xi Jinping em Pequim, que também acena com subsídios para investimentos na indústria tecnológica brasileira. Patrícia Campos Mello resumiu o quadro: **Na visão do governo brasileiro, que não se inclina para nenhum dos dois lados nessa Guerra Fria tecnológica, interessa manter as duas superpotências em competição.**

No governo anterior, quando houve a discussão sobre a adoção da tecnologia 5G na telefonia celular, o Brasil permaneceu neutro e não bloqueou a participação da empresa chinesa Huawei, a despeito das pressões do governo americano e da expressa simpatia do próprio Presidente da República à época pelo lado americano.

Meio ambiente e mudança climática

Mudança climática, energias renováveis e produção de alimentos são pautas em que o Brasil tem relevância global. Isso se deve ao fato de que o Brasil tem em seu território a maior floresta tropical do mundo, ao mesmo tempo em que é um dos maiores produtores de alimentos do mundo.

O governo anterior, de Jair Bolsonaro, retirou o país do engajamento nas cúpulas do clima das Nações Unidas (COPs) e do Fundo Amazônia – mecanismo criado em

2008, pelo qual os governos da Alemanha e Noruega financiavam projetos que buscavam um desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira.

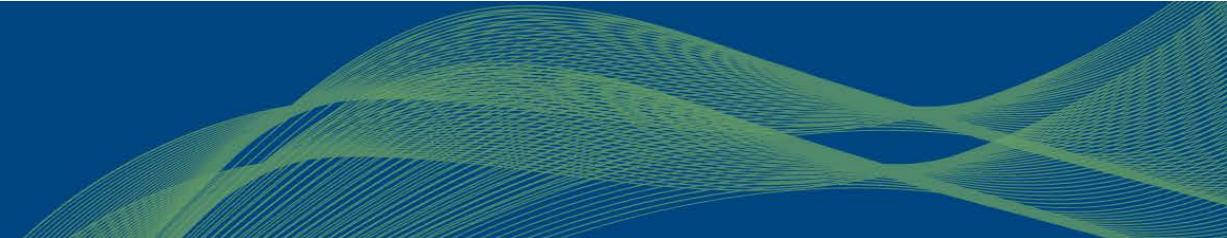
Lula busca se diferenciar de seu antecessor e ofereceu a cidade de Belém para sediar a COP em 2025 e reativou o Fundo Amazônia, conseguindo rapidamente a adesão dos antigos patrocinadores e a promessa de financiamento dos Estados Unidos. Na discussão de meio ambiente, o principal ponto de discórdia entre países pobres e em desenvolvimento, de um lado, versus países ricos, do outro lado da mesa, é quem pagará a conta.

Nos temas de meio ambiente, enquanto europeus e americanos (em governos Democratas) são mais assertivos quanto à necessidade de o Brasil preservar a sua Amazônia, a China mantém o discurso de respeitar a soberania brasileira em assuntos internos – no fundo, é o que a China diz que o mundo deveria fazer em relação às suas violações de direitos humanos em Xinjiang e Tibet. Além disso, o objetivo estratégico da China no Brasil é assegurar *commodities* considerados estratégicos para sua economia.

Os investimentos da China no Brasil e na América do Sul se concentram em portos, rodovias, mineração, petróleo, gás e alimentos. Estive certa vez em reunião em que um diplomata chinês disse que as prioridades chinesas no Brasil eram essas e água. Meio ambiente não foi citado.

O poder de pressão da União Europeia para frear o desmatamento no Brasil decorre do fato de que 16% das exportações agrícolas do Brasil vão para a UE. Além disso, os cortes de carne que os europeus compram são mais caros em média que os importados por chineses. No final de 2022 a UE aprovou um regulamento que prevê punições a empresas que vendam produtos que tenham sido produzidos em áreas desmatadas.

A diplomacia do clima europeia é uma aliada da agenda ambiental de Lula e de sua Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, que já disse que tem como meta zerar o desmatamento na Amazônia. Contudo, ambos terão que negociar essa agenda com o setor agrícola brasileiro pois no passado, legislações permitiram que uma certa



quantidade de área dentro da floresta fosse desmatada. Não é um assunto fácil de se resolver para o governo brasileiro no front interno.

Minha análise: moralistas e o interesse nacional

A China é, de longe, o maior parceiro comercial do Brasil. Os laços históricos e culturais com os Estados Unidos são muito mais sólidos, inclusive na sociedade civil. Nesse cenário internacional, resta ao governante de um país menor como o Brasil, três opções: se aliar a um lado; ao outro; ou se equilibrar entre as duas potências.

O governante pragmático deve calcular as oportunidades e custos de cada uma das três opções. Sempre haverá setores fazendo *lobby* legítimo por cada uma das posições em disputa. Também haverá setores advogando por escolhas de política externa baseadas em princípios morais. Os que defendem o alinhamento com os Estados Unidos apontarão para os valores da democracia liberal como superiores. Já os que defendem maior aproximação com a China lembrarão as várias intervenções americanas no exterior (como o apoio ao golpe civil militar no Brasil em 1964).

No meio da disputa, a verdade inescapável de que países como o Brasil carecem de trilhões de dólares em investimentos em todas as áreas – da educação à infraestrutura. A dimensão da realpolitik nunca deve ser perdida quando se olha para os movimentos da política internacional.

A invasão russa à Ucrânia e as sanções do Ocidente à empresas e políticos russos levantou o questionamento se o Brasil não deveria aderir a tais sanções. Em entrevista recente, o Embaixador [Rubens Barbosa](#) disse que a política externa brasileira deveria manter seu “histórico de equidistância pragmática” e que “sanções deveriam ser aprovadas no Conselho de Segurança da ONU e na Organização Mundial do Comércio”. **No total, cerca de 150 países não aderiram às sanções, incluindo importantes países emergentes como África do Sul, Índia, Indonésia, Israel e Turquia.**

Um risco para o atual governo brasileiro é que seus líderes e o Partido dos Trabalhadores (PT) do Presidente, caiam em uma visão distorcida e idealizada dos fatos. Essa visão já tornou o país cúmplice dos crimes da ditadura da Nicarágua. Não se extrai nenhuma vantagem para o país com essa posição que parece saída da fantasia de slogans anti-imperialistas.

Quanto à Rússia, Lula tenta -mais uma vez- se equilibrar entre as duas grandes potências. Lula não deseja quebrar o bloco dos BRICS, que conta com um banco de desenvolvimento ora presidido por um representante brasileiro. No entanto, a oferta de Lula de mediar a paz entre russos e ucranianos não é séria. O governo brasileiro não apresentou nenhuma proposta concreta até o momento e a diplomacia brasileira não tem massa crítica de experts em Rússia e Ucrânia.

Lula e sua diplomacia deveriam focar em maximizar o interesse nacional. O primeiro passo é o diagnóstico de como o Brasil pode ser relevante e que oportunidades o mundo tem a oferecer: a disputa tecnológica entre as potências e as discussões sobre meio ambiente e agricultura trazem oportunidades que o país deveria explorar. **O pragmatismo dos governantes pode gerar mais investimentos e por isso seria bem-vindo para milhões de brasileiros sem emprego e sem comida.**

¹ Analista político e consultor de campanha eleitoral com foco na América Latina. Mestre em História Econômica pela Universidade de Buenos Aires. Analista da Southern Pulse.

O tempo dos extremismos no Brasil

Humberto Dantas¹

Pesquisas de opinião pública que avaliam presidentes da República podem ser bons indicadores sobre extremismos políticos. Se isso for verdade, um histórico de levantamentos pode explicar algo. Comecemos com o governo de José Sarney (1985-1990), o primeiro civil no poder depois de duas décadas de regime ditatorial, eleito indiretamente vice-presidente na chapa de Tancredo Neves, falecido antes de assumir o governo.

O objetivo aqui é afirmar que até o biênio 2013-2014 presidentes conseguiram surfar ondas de popularidade altas, dada a ausência do que chamamos de extremismo político resistente que tem ocupado espaço no Brasil. Tal fenômeno seria capaz de criar bolhas de isolamento que alterariam o padrão de percepção da população em relação ao mandatário e à política. A resistência existiria, provavelmente, para além do trabalho exercido pelo Executivo Federal, sobretudo diante de barreiras ideológicas, discursos acentuados etc.

José Sarney (PMDB) foi extremamente popular em 1986 com o Plano Cruzado. Em abril daquele ano seu percentual de ótimo e bom superou 70%, mas em março de 1990, dias antes de deixar o poder, tinha apenas 9%. Seu sucessor, Fernando Collor (PRN), tomou posse com 71% de ótimo e bom, mas dias antes de renunciar ao poder, em novembro de 1992, amargou os mesmos 9% do antecessor. Substituído por Itamar Franco (PMDB), pai do Plano Real, as marcas de avaliação atingiram picos de 40% de ótimo e bom, e piso de 12%, sendo que a medida “regular” foi a que mais caracterizou Itamar. O resultado lhe permitiu eleger seu sucessor, o ex-ministro Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que em seu primeiro mandato teve pico de 51% e piso de 31% de avaliações positivas. Reeleito para um segundo mandato, teve apogeu em 31% e seu pior resultado em 14%. Não à toa Lula (PT) venceu José Serra (PSDB) em 2002, e o petista teve em seu primeiro governo máxima de 57% e mínima de 29%, com um segundo mandato atingindo 83% de teto e 48% de piso. Seu ápice alcançado no biênio 2009-2010, lhe permitiu eleger Dilma Rousseff (PT), que no primeiro quadriênio teve máxima de 64% e mínima de 31%.

O ponto central da lógica de compreensão acerca do extremismo político que nos desafia é que faz uma década estaria aqui. Nominalmente, com exceção de Itamar Franco, todos os presidentes tiveram entre 1985 e 2014 avaliações positivas – ótimo e bom – que superaram 50 pontos percentuais - a despeito de também terem colhido maus resultados.

O desafio maior é que no biênio 2013-2014 a sociedade reforçou aversão à política com críticas severas à representação que também culminou na ascensão de uma direita conservadora e radical que esticou o espaço de disputa pelo poder. Este último ponto, por si só, não seria problema. Ter grupos de direita e esquerda é algo comum à política. O problema é quando os lados opostos criam barreiras que impedem, até mesmo pelo emprego de medidas que ultrapassam a legalidade, que presidentes colham resultados condizentes com seus trabalhos.

O encerrado segundo mandato de Dilma teve teto de 29% e piso de 7% de avaliações positivas, enquanto Michel Temer (PMDB) oscilou entre 12% e 3%. Bolsonaro, símbolo da ascensão da direita, ficou entre 45% e 23%. O governo de Lula começou, depois da mais equilibrada e intensa eleição brasileira em 2022, com quatro pesquisas mostrando algo entre 40% e 43% de avaliações positivas. A despeito do que se pense a seu respeito, resta perguntar: no extremismo político que atingimos, os picos superiores a 50% não mais existirão? Cindimos politicamente a esse ponto? Uma década depois do início das radicalizações, estamos preparados para tal realidade?

¹ Cientista político, doutor pela USP e parceiro da KAS

Igualdade de Gênero, Cuidados e Políticas Públicas: o que esperar do governo Lula?

Patrícia Rangel¹

“É preciso uma aldeia para criar uma criança”, já dizia o sábio provérbio africano. Cuidar de outro ser humano - seja este filho/a, pai/mãe idoso ou parente adoentado - é tarefa fundamental para a produção e a reprodução da vida social e, portanto, deve ser compartilhada por famílias, Estado, mercado, empresas e sociedade. Contudo, historicamente, esse trabalho foi deixado a cargo das mulheres (elas dedicam mais de 12 milhões de horas diárias ao trabalho não-remunerado de cuidadoⁱⁱ) e, apesar de agregar trilhões de dólares à economiaⁱⁱⁱ, a provisão de cuidados não recebe remuneração ou valorização social.

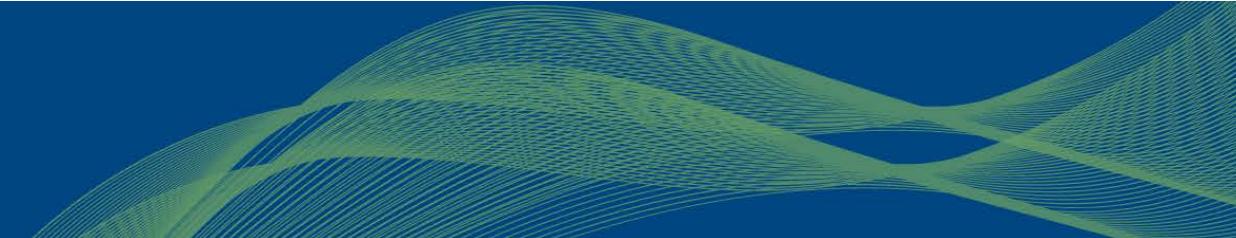
Há décadas, os movimentos feministas e de mulheres mostram que a alta carga de trabalhos não remunerados constitui obstáculo para a inserção das mulheres no mercado de trabalho e contribui para o aumento da pobreza, impactando de forma agravada as mulheres negras, quilombolas, indígenas, rurais e periféricas, que possuem menos acesso a serviços e equipamentos sociais. Portanto, é essencial contar com políticas públicas que liberem o tempo das mulheres e ampliem seu acesso a oportunidades mas, apesar de ter ratificado os principais instrumentos normativos internacionais para a promoção da igualdade de gênero^{iv} e raça^v, o Brasil ainda precisa avançar no tema. A Covid-19 revelou que o modelo tradicional de divisão do trabalho de cuidado desempenha um papel central na manutenção das desigualdades com relação à taxa de participação e nível de ocupação das mulheres. Antes da pandemia, as brasileiras gastavam em média 18,5 horas por semana com tais tarefas, contra 10,4 horas semanais no caso dos homens^{vi}. Desde a pandemia, metade das mulheres passou a cuidar de alguém e 41% afirmaram trabalhar mais durante o período^{vii}. Apesar da sobrecarga de responsabilidades que atingiu significativamente as mulheres, a resposta do governo Bolsonaro não incluiu políticas de apoio aos cuidados^{viii}.

O governo Lula, por outro lado, vem dando indicações promissoras em relação ao tema, e apresentou recentemente um pacote de políticas públicas composto por 24 medidas que atendem reivindicações históricas das mulheres, dentre as quais destacam-se duas que focam diretamente na economia do cuidado: a mensagem ao Congresso Nacional solicitando a ratificação da Convenção 156 da OIT^{ix}, e a criação de Grupo de Trabalho para elaborar uma Política Nacional de Cuidados^x.

A Convenção 156 prevê a equidade entre os gêneros nos cuidados, obrigações familiares e afazeres domésticos, explicitando que este trabalho é dever de ambos os sexos, e que as empresas devem assumir a sua responsabilidade. Se aprovada e transformada em lei, a Convenção possibilitará que as mulheres exerçam suas atividades laborais sem discriminação e sem conflito entre vida pessoal, responsabilidades familiares e vida profissional. Já o Grupo de Trabalho Interministerial foi criado por decreto pelo presidente Lula com a finalidade de elaborar uma Política Nacional de Cuidados, com o objetivo de garantir os direitos tanto das pessoas que necessitam de cuidados quanto das que cuidam, com especial atenção às desigualdades de gênero, raça, etnia e territoriais, além de promover as mudanças necessárias para uma divisão mais igualitária do trabalho de cuidados.

Ambas as medidas sinalizam a inauguração de uma nova era para as políticas de igualdade de gênero, com especial atenção à economia do cuidado. As duas atendem a reivindicações históricas e representam uma contribuição inédita para a igualdade de gênero no Brasil. Cabe agora acompanhar o desenvolvimento e impactos reais das mesmas sobre a igualdade de gênero, sem esquecer que nenhuma democracia está completa sem enfrentar as desigualdades relacionadas à economia do cuidado.

¹ Cientista política (UnB) com pós-doutorado em Sociologia (USP/ FU Berlim), atua como consultora de organizações não governamentais e organismos internacionais.



ⁱⁱ Oxfam (2021). “COVID-19 cost women globally over \$800 billion in lost income in one year”. Disponível em <https://www.oxfam.org/en/press-releases/covid-19-cost-women-globally-over-800-billion-lost-income-one-year>, acesso em 22/03/2023.

ⁱⁱⁱ Idem.

^{iv} Os principais instrumentos normativos internacionais de direitos da mulher ratificados pelo Brasil, seguidos de seu ano de ratificação: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (1984) e seu Protocolo Facultativo (2002); o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (2004); as Convenções 100 e 11 da Organização Internacional do Trabalho, relativas à erradicação da discriminação no emprego (1957 e 1965, respectivamente); a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1995); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968); A Convenção 189 sobre Trabalho Decente para Trabalhadoras Domésticas (2018). O país foi signatário das declarações da III Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995), II Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância (Durban, 2001) e é signatário da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (2015). O Brasil não ratificou as Convenções da OIT 156 (sobre igualdade de oportunidades e tratamento a trabalhadores com responsabilidades familiares), 183 (sobre proteção da maternidade) e 190 (sobre eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho).

^v Os marcos orientadores para combate ao racismo, por sua vez, são a Convenção Internacional pela Eliminação de toda Forma de Discriminação Racial, a Plataforma de Ação de Durban, e a Década Internacional de Afrodescendentes - resolução 68/237 da Assembleia Geral das Nações Unidas. A Convenção foi ratificada pelo Brasil em 1968.

^{vi} IBGE (2019). Outras Formas de Trabalho: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf, acesso em 18/03/2023.

^{vii} Sempreviva Organização Feminista & Gênero e Número (2020). Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Disponível em <http://mulheresnapandemia.sof.org.br>, acesso em 15/03/2023.

^{viii} PNUD (2021). The COVID-19 Global Gender Response Tracker. Disponível em <https://data.undp.org/gendertracker>, acesso em 12/06/2021.

^{ix} Ver <https://www.camara.leg.br/noticias/944576-governo-envia-a-camara-a-convencao-156-da-oit-sobre-igualdade-para-homens-e-mulheres-no-trabalho/>

^x <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-coordena-a-elaboracao-da-politica-nacional-de-cuidados-com-foco-na-valorizacao-da-mulher>

As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não necessariamente representam as opiniões da Fundação Konrad Adenauer.